

INFORMATIVO SENASA SP

JAN/ FEV/ MAR/ ABR/ MAI/ JUN 2024



CÂMERAS CORPORAIS

INTEGRAÇÃO, COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO ENTRE OS INTEGRANTES DO SUSP

OPERAÇÃO CAMINHOS SEGUROS

COMBATE E PREVENÇÃO A EXPLORAÇÃO E ABUSSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FORÇA NACIONAL

300 AGENTES SÃO ENVIADOS PARA AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

ESCRITÓRIO COMPRASSUSP

PLATAFORMA ELETRÔNICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÕES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SENASA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



MARIO LUIZ SARRUBBO

Secretário Nacional de Segurança Pública (SENASA)



MARCIO BRUNO RIOS DINIZ

Chefe de Gabinete da Senasp



ISABEL SEIXAS DE FIGUEIREDO

Diretora do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP)



CAMILA PINTARELLI

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP)



MICHELE GONÇALVES DOS RAMOS

Diretora de Ensino e Pesquisa (DEP)



VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES

Diretora de Gestão e Integração de Informações (DGI)



FERNANDO ALENCAR MEDEIROS

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP)



RODNEY DA SILVA

Diretor de Operações Integradas e de Inteligência (DIOPI)

SUMÁRIO

- 04 TRANSPARÊNCIA
- 05 ATENDIMENTO PSICOLÓGICO
- 06 INICIATIVA INTERMINISTERIAL
- 07 AÇÕES EDUCACIONAIS
- 08 APERFEIÇOAMENTO
- 09 ENSINO E PESQUISA
- 10 POLÍCIA INTEGRADA
- 11 OPERAÇÕES CIBERNÉTICAS
- 12 PROJETO IMPULSE
- 13 AÇÕES COORDENADAS
- 14 INTELIGÊNCIA MOBILIZADA
- 15 AUXÍLIO DAS TROPAS NO RS
- 16 40 DIAS DE BUSCAS
- 16 TREINAMENTO PROFISSIONAL
- 18 MONITORAMENTO E SUSTENTABILIDADE
- 19 DADOS ESTATÍSTICOS
- 20 PROCEDIMENTOS ELETRÔNICOS
- 21 LIBERAÇÃO DE RECURSOS
- 22 MAIS TRANSPARÊNCIA
- 23 ENTREGAS MAIS ÁGEIS
- 24 ENTREGAS E WORKSHOPS
- 25 NÚMEROS DO FNSP
- 26 EXECUÇÃO DE RECURSOS
- 27 POLÍTICAS PÚBLICAS
- 28 9ª REUNIÃO DO CNSP



CÂMERAS CORPORAIS



[\(Clique Aqui\)](#)



Criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o Projeto Nacional de Câmeras Corporais visa a integração, a colaboração e a cooperação entre os integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O projeto busca aprimorar os processos organizacionais nas instituições, o fortalecimento de recursos institucionais em processos de roteirização, a padronização de procedimentos, além da utilização das câmeras corporais, em si, no sentido de qualificar as evidências criminais e proteger os policiais e os cidadãos.

DIRETRIZES

Na ocasião da assinatura das novas diretrizes de uso para a padronização de procedimentos de uso das câmeras corporais, ocorrida em 28 de maio, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski enfatizou que a medida representa "um salto civilizatório, no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais". O evento foi um marco na segurança pública, alinhando-se ao objetivo do órgão de defender a ordem jurídica e as garantias constitucionais. As novas diretrizes determinam que os dispositivos de câmeras corporais sejam utilizados por integrantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal Federal, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros, Polícias Civis, Polícias Penais, Peritos Criminais dos Estados e do Distrito Federal, além das Guardas Municipais. A medida é um passo importante para a transparência e eficácia nas operações policiais.

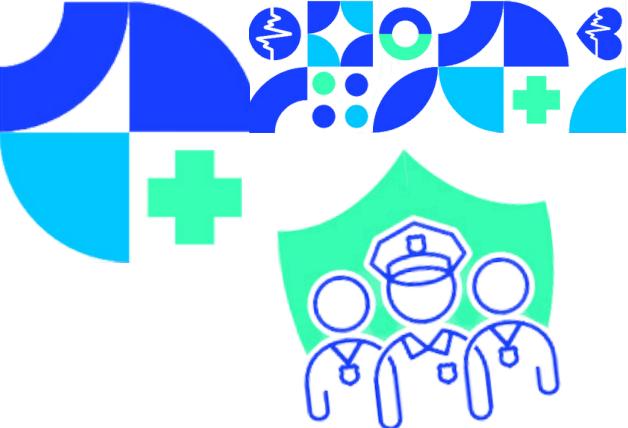


Fotos: Divulgação

PROJETO PILOTO

Nos dias 6, 7 e 8 de março, equipes da Senasp estiveram em Salvador para acompanhar a adesão da Bahia ao Projeto Nacional das Câmeras Corporais, formalizado no final de 2023. Inicialmente, os equipamentos são utilizados pelas polícias Militar e Civil da Bahia. A Senasp vai acompanhar a implementação, por meio de relatórios, monitoramento no local e avaliação dos resultados e os impactos do uso de câmeras corporais nas instituições de segurança pública naquele estado. A medida visa fornecer conjuntos de equipamentos, soluções tecnológicas e sistemas de armazenamento e difusão dos registros audiovisuais e metadados captados pelas câmeras corporais. Essas medidas serão executadas durante um período de teste de, pelo menos, 120 dias.





ESCUTA SUSP

O projeto ESCUTA SUSP, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), já está de portas abertas para o atendimento psicológico, on-line, aos agentes das polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e dos institutos oficiais de perícia criminal.

Para participar



(Clique Aqui)



O projeto é executado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade de Brasília. A Senasp fará o monitoramento dos resultados obtidos em Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, com a possibilidade de expandir o programa para outros estados, a partir de janeiro de 2025. Foram investidos mais de R\$ 6 milhões, a serem utilizados ao longo de três anos do objetivo que é reduzir o sofrimento psíquico entre os profissionais de segurança pública.

SAÚDE MENTAL

De acordo com números do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do MJSP, desde 2015, foram informados 821 suicídios de policiais, sendo 2023 o pior ano da série histórica, com 133 casos.

A Pesquisa Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública, lançada no ano passado, indicou que depressão, síndrome de Burnout, falta de engajamento e de motivação são as queixas mais frequentes entre os agentes de segurança.

INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA



A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em estreita colaboração com as instituições de Segurança Pública, está implementando a Rede Integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação das Instituições de Segurança Pública. Esta iniciativa visa facilitar o intercâmbio ágil e seguro de informações entre as diversas entidades responsáveis pelas inovações tecnológicas no âmbito da segurança pública, buscando aprimorar a cooperação e a coordenação entre os órgãos governamentais, promovendo uma integração eficiente e o compartilhamento de soluções tecnológicas.

Comprometida com a integração e modernização das instituições de segurança pública, por meio de inovações tecnológicas, especialmente nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a Senasp desenvolve atividades como eventos on-line para a apresentação das melhores práticas das instituições de segurança pública e defesa social. Além disso, promove encontros presenciais de gestores de TIC das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, visando uma ampla discussão sobre como superar os desafios para o aumento da capacidade tecnológica dessas instituições.

A criação deste espaço coordenado e integrado para debater inovações tecnológicas, casos de sucesso e estudos de caso evidencia a aplicação prática e efetiva das soluções tecnológicas na área de segurança pública. Isso permite que agências de segurança, gestores públicos e outros interessados tenham acesso a exemplos concretos de como a tecnologia está sendo usada para superar desafios específicos de inovação e integração.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



SUSP MULHERES



Fotos: Divulgação



[\(Clique Aqui\)](#)



O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em colaboração com o Ministério das Mulheres, promoveu o 2º Encontro Nacional sobre “Segurança Pública e Enfrentamento à Violência contra a Mulher”, nos dias 18 e 19 de março. O evento reuniu policiais femininas do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) de todo o país para debater estratégias de combate à violência de gênero. Durante o encontro, foram realizadas discussões temáticas em câmaras técnicas, visando revisar e atualizar normas de segurança. Foram apresentadas estratégias para enfrentar os altos índices de violência contra a mulher, incluindo debates sobre a otimização das Patrulhas Maria da Penha e a implementação do sistema integrado de informações sobre mulheres vítimas de violência. Além disso, foi lançado o programa “Brasil por Elas”, uma iniciativa interministerial de combate à misoginia, em conjunto com o Plano de Ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, o pacto visa prevenir o feminicídio e garantir acesso à justiça para mulheres vítimas de violência doméstica. Com esta finalidade, o MJSP contribui com a construção de 40 Casa da Mulher Brasileira e a doação de 270 viaturas para as Patrulhas Maria da Penha.

INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) vem construindo ações voltadas para potencializar as capacidades operacionais dos Departamentos ou Delegacias de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPPs). Estas ações, feitas em conjunto com as unidades especializadas, objetivam o intercâmbio de informações entre as unidades e o estabelecimento de diretrizes de ação que possibilitem a melhoria da resolução dos homicídios no território nacional.

Nesse sentido, foram realizadas três reuniões técnicas nacionais dos DHPPs desde 2023, sendo a última no mês de maio de 2024 em Maceió (AL). Estiveram presentes os titulares das unidades especializadas de todos os estados e do Distrito Federal, além de representantes da Senasp, que estão à frente do Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas (DHPPs) e outros convidados que atuam nessa temática.

Nessas reuniões, foram identificadas algumas ações necessárias e urgentes, tais como: a capacitação dos policiais que atuam na investigação de homicídios, a aquisição de equipamentos e tecnologias que imprimam maior eficácia nas atividades de investigação, o estabelecimento de procedimentos operacionais padrões a serem aplicados nacionalmente por essas unidades especializadas e a definição de metodologia e ainda de um índice para aferição nacional da taxa de resolução dos homicídios pelas polícias judiciárias, entre outros pontos.



[\(Clique Aqui\)](#)



DADOS

Em junho de 2023, foi realizado um levantamento de dados sobre os DHPP, por meio de formulários eletrônicos encaminhados aos chefes das unidades especializadas das 27 Unidades Federativas. Dentre as atribuições definidas nos aspectos organizacionais, chama a atenção o fato de algumas unidades possuírem atribuições que estão além da investigação de crimes contra a pessoa - exemplo do latrocínio consumado e/ou tentado, além de homicídios de trânsito. Além disso, constata-se que nem todas são responsáveis pela apuração de casos envolvendo pessoas desaparecidas.

CAPACITAÇÃO

Na última reunião no mês de maio foi realizado o encerramento da 3ª edição do Curso Básico e da 2ª edição do Curso Avançado de Investigação de Homicídios. Juntas, as capacitações reuniram 80 alunos da região Nordeste. As ações educativas abordaram temas como o panorama das mortes violentas intencionais no Brasil, análise criminal aplicada à ação das organizações criminosas, exames periciais, técnicas de entrevista e interrogatório e legislação.



SENASA^P 2024

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



SENASA P AMPLIA PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA FORTALECER FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUSP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP) está fortalecendo a capacitação dos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) por meio de parcerias estratégicas. A Senasp vem firmando Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o Instituto Sou da Paz e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Esses acordos têm como objetivo ampliar os cursos em temáticas específicas em estreita colaboração com os diferentes órgãos e entidades.

Em abril deste ano, foi assinado um ACT com a organização da sociedade civil Instituto Sou da Paz para desenvolver ações educacionais conjuntas. Uma dessas ações inclui a reformulação do curso a distância "Armas de Fogo: Registro e Rastreamento".

Já no mês de maio, a Senasp, por meio da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP/Senasp), em colaboração com a Comissão de Defesa da Democracia do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), realizou a 4ª edição do curso "O Papel dos Profissionais do Susp na Defesa da Democracia". Esta foi a primeira iniciativa após o acordo de cooperação firmado no final do ano passado, que tem como objetivo promover ações educativas focadas na defesa da democracia.

Os outros cursos em desenvolvimento abordam temas como: Intolerância religiosa e desigualdade racial; A atuação da guarda municipal no atendimento a mulheres estrangeiras; Atendimento à população em situação de rua; e Atendimento a pessoas com deficiência psicossocial.



Fotos: Divulgação



INVESTIMENTO NAS PÓS-GRADUAÇÕES SUPERA R\$ 4 MILHÕES, POR MEIO DE PARCERIAS DA SENASP COM UNIVERSIDADES FEDERAIS

NO 1º SEMESTRE DE 2024, FORAM OFERTADAS QUATRO ESPECIALIZAÇÕES EM PARCERIAS COM A UFG, UFGD E UNB

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio da Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), iniciou a formação de 800 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em quatro cursos de pós-graduação *lato sensu*. Oferecidas no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), o investimento nessas formações supera R\$ 4 milhões. Os processos seletivos contaram com mais de 2.400 candidaturas.

Resultado da parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), foi oferecida a especialização Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas. O curso de Gestão e Governança de Segurança Pública é oferecido em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Já em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), são oferecidos os seguintes cursos: Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas e Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Violência.

As formações em temáticas centrais para o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública integram a agenda de valorização dos profissionais de segurança pública e o reforço do acesso à formação continuada de excelência nas universidades públicas federais, fomentando a troca de conhecimentos e experiências entre a academia e os órgãos de segurança pública.



Fotos: Divulgação



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

EAD



SENASP 2024

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA
MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



FORTELECIMENTO DOS CURSOS PRESENCIAIS PARA OS PROFISSIONAIS DO SUSP



Fotos: Divulgação



Nos primeiros 5 meses de 2024, 2. 948 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) realizaram cursos presenciais oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em diversas regiões do Brasil.

Ao todo, 104 edições de cursos abrangendo 33 diferentes temáticas foram realizados em Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rondônia, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

“A grande adesão aos cursos oferecidos pelo MJSP demonstra a importância do fortalecimento das ações de ensino e pesquisa em agendas prioritárias para a segurança pública do país e em temáticas que reforcem a centralidade desses profissionais para a garantia e proteção de direitos, fundamental para a nossa democracia”, ressalta a diretora de Ensino e Pesquisa da Senasp, Michele dos Ramos.



Alinhados à Política Nacional de Segurança Pública, os cursos contribuem para o aperfeiçoamento contínuo dos agentes em diferentes temas, tanto estratégicos quanto operacionais, além de garantir a atualização constante em legislação e tecnologias voltadas para a segurança e investigações criminais. Os cursos presenciais também fomentam o fortalecimento de redes e o conhecimento entre os profissionais.

As formações incluem temas como: O Protagonismo dos Profissionais da Segurança Pública na Defesa da Democracia; Análise Criminal; Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Business Intelligence Aplicado à Segurança Pública; Atendimento Pré-Hospitalar Tático para Profissionais de Segurança Pública e Metodologia e Técnicas de Ensino.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



CAMINHOS SEGUROS

OPERAÇÃO É CONCLUÍDA COM PRISÕES DE SUSPEITOS E COM RESGATES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Com o objetivo de combater e prevenir a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com os estados e o Distrito Federal, encerrou, no dia 21 de maio, a Operação Caminhos Seguros. Ela foi iniciada no dia 2 de maio e resultou na prisão de 775 pessoas e no resgate de 197 crianças e adolescentes.

A operação foi coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi). Mais de 26 mil agentes de segurança fizeram parte das ações, em 676 municípios. Foram fiscalizados mais 5,3 mil locais e 26.411 pessoas foram abordadas. O investimento total em recursos foi de mais de R\$ 940 mil.



Foto: PRF

As ações educativas somam R\$ 4,7 milhões. Durante a operação, foram apuradas 2.108 denúncias, mais de oito mil vítimas foram atendidas e, aproximadamente, 28 mil veículos fiscalizados. Dados apontam ainda a apreensão de 137 armas de fogo, 10,4 toneladas de drogas e 16,4 mil materiais com alusão à pornografia infantojuvenil.

Essa é a 4º edição da Caminhos Seguros, operação que foi pensada para fomentar ações de segurança pública de amplitude nacional com impactos positivos. Ela funciona em um conjunto de intervenções policiais integradas com órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais.



Infográfico sobre os números da Operação Caminhos Seguros

DENUNCIE

O **Disque 100** é o canal de denúncias de violações de direitos humanos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). O serviço é gratuito e funciona ininterruptamente, 24h por dia, todos os dias da semana - inclusive feriados - e pode ser acionado pelo site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, com atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), pelo Telegram (digitar "direitoshumanosbrasil" na busca do aplicativo) e pelo WhatsApp (61) 99611-0100.



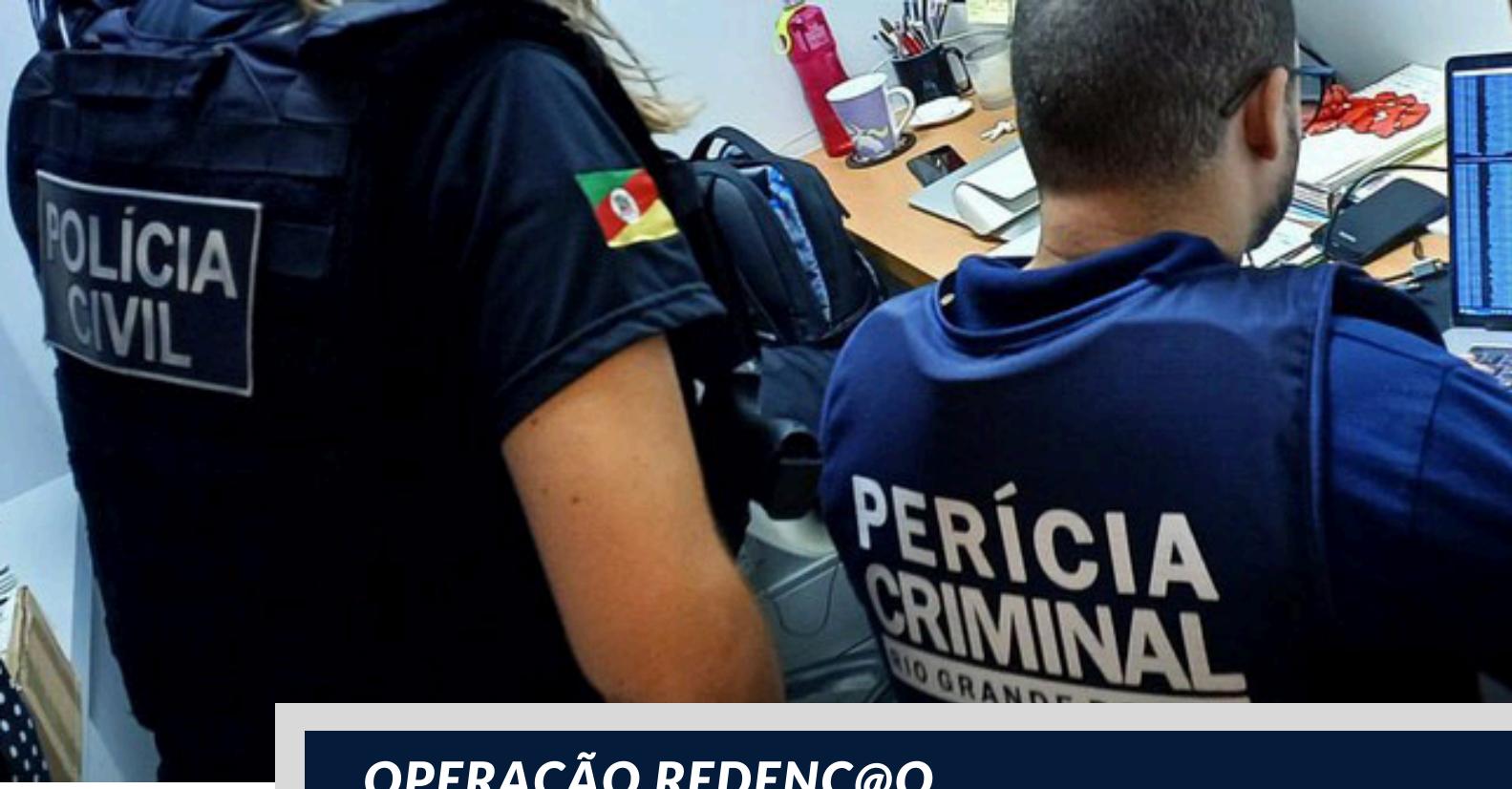
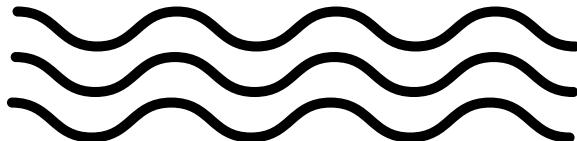


Foto: Divulgação

OPERAÇÃO REDENÇ@O

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET RESULTAM EM MANDADOS DE BUSCA E APREENSÕES NO RS E NO PR



Com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), as polícias civis do Rio Grande do Sul e do Paraná cumpriram, no dia 5 de abril, quatro mandados de busca e apreensão, sendo três no Rio Grande do Sul e um no Paraná, durante a Operação Redenç@o. Duas pessoas foram presas em flagrante, em Porto Alegre (RS), pelo armazenamento de conteúdo de abuso e exploração sexual infantojuvenil na internet.

De acordo com a Polícia Civil gaúcha, dentre os investigados há uma mulher que aliciava e recrutava meninas para a produção de fotos e vídeos. Ela fazia diversas postagens em uma rede social, fingindo ser uma jovem de 15 anos, e divulgava o contato do criminoso, que era o responsável pela produção dos materiais.

A ação foi possível devido ao trabalho conjunto da Divisão Especial da Criança e do Adolescente da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, com apoio da Polícia Civil do Paraná (Nuciber/PCPR) e do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab/MJSP).

CIBERLAB

O Laboratório tem o papel de assessorar as diversas investigações de crimes cibernéticos que ocorrem no país. As polícias mapeiam suspeitos, coletam a materialidade do crime e elementos que se desdobram em pedidos de busca e apreensão ou prisão dos autores.



PENALIDADES

No Brasil, a pena para quem adquire, possui ou armazena, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, é de um a quatro anos de prisão e multa (art. 241-B, Estatuto da Criança e do Adolescente).



POLICIAIS CIVIS DE QUATRO ESTADOS PRENDEM 23 PESSOAS DURANTE A OPERAÇÃO SQUADROME



Foto: Divulgação

Policiais civis do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo realizaram, no dia 10 de abril, uma ação contra integrantes de associação criminosa destinada aos crimes de tráfico de drogas, de porte ilegal de armas de fogo e de comércio irregular de munições e armas. A Operação Squadrome ocorreu em 21 municípios dos quatro estados e resultou na prisão de 23 pessoas e apreensão de dinheiro em espécie, telefones celulares e porções de drogas.

A Operação recebeu o apoio do projeto I.M.P.U.L.S.E., da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Diopi/Senasp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A operação contou com mais de cem policiais do Rio Grande do Sul, em conjunto com 90 policiais de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Foram expedidos 31 mandados de prisão e 40 mandados de busca e apreensão. Houve, ainda, 26 bloqueios de contas bancárias nos 21 municípios.

Lideradas pela 2ª Delegacia de Repressão ao Narcotráfico da PCRS (2º DIN/Denarc), as ações ocorreram nos municípios gaúchos de Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Triunfo, Sapucaia do Sul e Rio Grande. Já em Santa Catarina, as ordens judiciais foram cumpridas em Balneário Arroio do Silva, Balneário Rincão, Balneário Camboriú, Criciúma, Içara, Itajaí, Itapema, Joinville, Navegantes, Penha e Tubarão. No Paraná, foram cumpridas medidas em Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu. Por fim, em São Paulo, as ações se deram nos municípios de Ribeirão Preto e Itaquaquecetuba.

INVESTIGAÇÕES

As investigações começaram há mais de 15 meses, quando um casal foi flagrado comercializando porções de crack no bairro Intercap, em Porto Alegre. O homem possuía antecedentes policiais no estado de Santa Catarina e a mulher, paranaense, era menor de idade.

A partir desta prisão, a investigação apurou a existência de uma associação criminosa, muito estruturada, especializada nos crimes de tráfico de drogas, posse, porte e comércio ilegal de munições e armas de fogo de uso restrito, envolvendo lideranças de dois grupos criminosos atuantes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Na ocasião, os policiais descobriram que um dos indivíduos, alvo da operação, era responsável pela conexão entre os grupos criminosos, que realizavam grandes negociações de entorpecentes, principalmente de cocaína e crack.



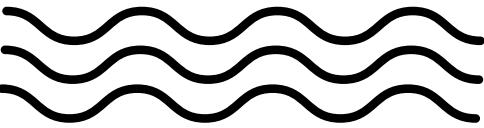
SENASP²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





SEGUNDA FASE DA OPERAÇÃO ANIMES CONTRA PIRATARIA CONTOU COM MOBILIZAÇÃO DA DIOPI/SENASA

As polícias civis de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo realizaram, no dia 25 de abril, a segunda fase da Operação Animes, para reprimir crimes praticados contra a propriedade intelectual na Internet, especificamente em relação à variedade de animações japonesas e coreanas conhecidas respectivamente como "Animes" e "Webtoon".

Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão domiciliar, dois bloqueios e/ou suspensão de sites, além de desindexação de conteúdo em mecanismos de busca. O objetivo é a apreensão de equipamentos como HDs internos e dispositivos informáticos que demonstrem a materialidade de crime.

A ação faz parte de mobilização coordenada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), por meio do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

A operação integrada ocorre nos mesmos moldes da "Operação 404", de repressão à pirataria on-line, e está acontecendo com a cooperação da Content Overseas Distribution Association (Coda), associação sediada no Japão e com a Copyright Overseas Promotion Association (COA), da Coréia do Sul. As associações são multilaterais e congregam, além de ministérios e órgãos de governo dos respectivos países, as empresas titulares de direitos cujas obras são ilegalmente disponibilizadas em sites piratas.

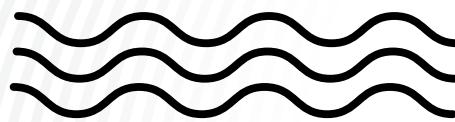


Foto: Divulgação



ANIMES

O nome faz referência às animações japonesas conhecidas como "Animes". Uma das principais ações da operação é tornar indisponíveis os serviços digitais criminosos que violam os direitos autorais das vítimas.



LEGISLAÇÃO

No Brasil, a pena para quem pratica esse crime é de reclusão, de dois a quatro anos, e multa (art. 184, §3º do Código Penal Brasileiro). Os investigados podem ser indiciados ainda por associação criminosa (art. 288 - CP) e lavagem de capitais (art. 1º - Lei 9.613/1998).

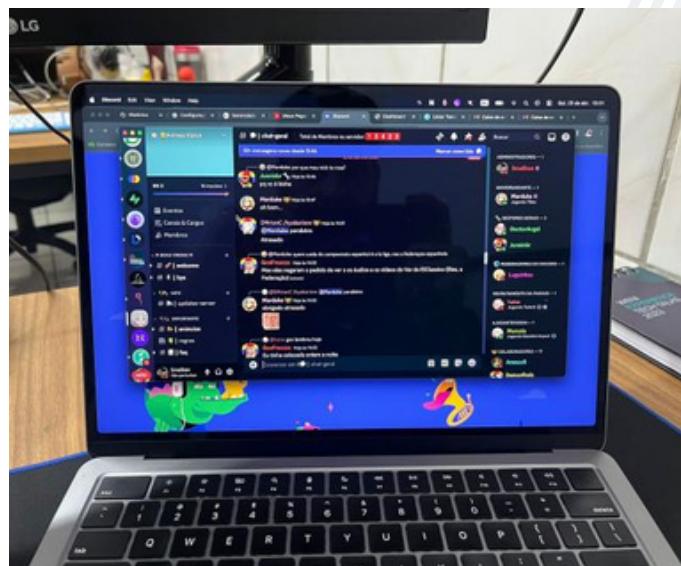


Foto: Divulgação



COM O APOIO DO MJSP, OPERAÇÃO CONTRA ESTELIONATO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO PRENDE 27 PESSOAS EM GOIÁS

Com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), as Polícias Civis de Goiás e Sergipe realizaram, no dia 28 de maio, a Operação Código Falho, com o objetivo de reprimir associação criminosa especializada em estelionato qualificado mediante fraude eletrônica. Foram cumpridos 33 mandados de prisão e outros 33 de busca e apreensão. Vinte e sete pessoas foram presas.

O golpe da organização consistia no envio de boletos falsos de instituições financeiras e de bancos às vítimas, todas pessoas jurídicas. Quando um comércio executava compra de um atacado, o fraudador interceptava a compra e enviava um boleto falso ao comprador, similar ao verdadeiro, emitido pela loja. A vítima, então, executava o pagamento, mas a instituição não recebia o valor devido. Ou seja, ambos acabavam lesados. De acordo com as investigações, o prejuízo às vítimas chegou a meio milhão de reais. Além disso, o grupo também ocultava valores provenientes do crime.

A ação faz parte de mobilização coordenada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi/Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) em parceria com as Polícias Civis de Goiás e Sergipe.

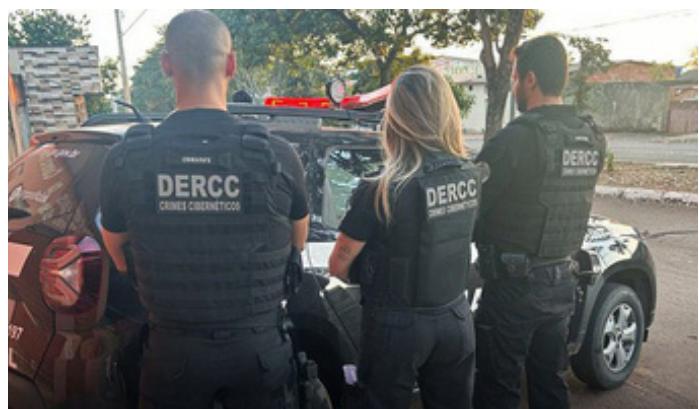
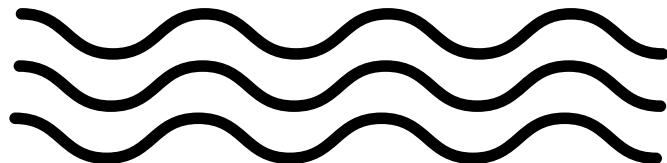


Foto: Divulgação

As diligências ocorreram em oito municípios do estado de Goiás: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Cidade de Goiás, Nova Veneza, Iporá, Abadia de Goiás e Goianira. O objetivo é a recuperação e apreensão de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente da infração penal, e que demonstrem a materialidade dos crimes, para a reparação do dano às vítimas das fraudes.

CÓDIGO FALHO

O nome da ação faz referência ao tipo de fraude investigada, que utilizava boletos bancários quase idênticos aos verdadeiros, porém com outro código/linha digitáveis, ou seja, podem ser considerados "falsos" porque não são válidos ou autênticos.

LEGISLAÇÃO

No Brasil, a pena para quem pratica os crimes de estelionato mediante fraude eletrônica, associação criminosa e lavagem de dinheiro possuem penas de reclusão, respectivamente, de 4 a 8 anos e multa; de 1 a 3 anos; e de 3 a 10 anos e multa.





Foto: Divulgação

LEWANDOWSKI AUTORIZA ENVIO DE 300 AGENTES DA FORÇA NACIONAL PARA O RIO GRANDE DO SUL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou no dia 3 de maio, o envio de 300 agentes da Força Nacional para o Rio Grande do Sul. A medida integrou a ação coordenada pelo Governo Federal de auxílio às vítimas das enchentes na região. Também foram deslocados para o Estado 75 caminhonetes, três ônibus, um caminhão e três botes de resgate.

A tropa da Força Nacional se juntou aos demais órgãos de segurança e de defesa, que já estavam atuando na região desde as primeiras horas da tragédia.

Até o dia 10 de junho, já foram realizados 5.445 auxílios, 942 resgate de pessoas e 611 animais foram salvos. Esses auxílios, incluem desde entrega de cestas básicas, transporte de pessoas até qualquer ação necessária que possa minimizar o sofrimento das vítimas.

Cerca de 1.000 agentes do contingente do Governo Federal estão atuando diretamente nos trabalhos de salvamento e resgate das pessoas atingidas pelas enchentes, além do envio de cinco helicópteros, 39 embarcações de resgates e 10 jet skis.

FORÇA NACIONAL AMPLIA ATUAÇÃO E PASSA A AJUDAR NA SEGURANÇA DOS ABRIGOS NO RS



Foto: Divulgação / Força Nacional / MJSP

Por determinação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a Força Nacional de Segurança Pública expandiu suas operações no Rio Grande do Sul para auxiliar não só nos resgates, mas também na segurança dos abrigos que recebem os atingidos pelas enchentes no estado.

Além disso, a Força Nacional está atuando em operações de salvamento nas cidades de São Leopoldo e Canoas, e realiza apoio ao policiamento ostensivo em diversas localidades, como Porto Alegre, Nova Santa Rita, Perobe, Novo Hamburgo, Gravataí e Pelotas.

As operações estão focadas no patrulhamento e salvamento embarcados, reconhecimento terrestre, e apoio à Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia Civil, Ministério Público e Prefeituras.

A equipe de polícia técnico-científica tem atuado, por meio da coordenação da Identificação de Vítimas de Desastres e no auxílio ao Departamento Médico-Legal, visando ampliar a capacidade de prestação de serviço desse órgão.





FORÇA NACIONAL REALIZA OPERAÇÕES DE BUSCA A FORAGIDOS EM MOSSORÓ/RN

Fotos: Divulgação



Em fevereiro deste ano, o primeiro grupo mobilizado pela Força Nacional, a serviço do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) iniciou as operações em Mossoró (RN). O objetivo principal era auxiliar a Polícia Federal com bloqueios de rodovias para os serviços de buscas e capturas de dois foragidos do presídio federal na região.

A primeira parte do comboio chegou no município na madrugada do dia 23 de fevereiro, por volta da meia-noite, divididos em 58 homens e 15 viaturas. A outra parcela do efetivo chegou às 16 horas do mesmo dia, totalizando 111 policiais e bombeiros militares.

A força policial realizou um processo de alinhamento estratégico para definir as escala das operações. As atividades foram conduzidas por um período de 40 dias pela região, para a busca dos foragidos.

A integração com as autoridades locais e forças de segurança estaduais e federais, foi fundamental para o sucesso da operação de recaptura dos foragidos.

FNSP PROMOVE FORMAÇÃO A AGENTES MOBILIZADOS PARA REFORÇAR ATUAÇÃO

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), do MJSP, realizou no dia 15 de abril deste ano, a 94ª edição da Instrução de Nivelamento e Conhecimento (INC) dos agentes mobilizados que irão atuar nas mais diversas operações da FNSP pelo Brasil. O curso teve uma duração de 22 dias e encerrou no dia 6 de maio, no Batalhão de Pronto Emprego (Bepe) da FNSP, no Gama (DF).



As instruções foram realizadas em parceria com a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP/MJSP). Ao todo, 108 profissionais de 23 entes federados participaram do curso, que abrange várias áreas de conhecimento de segurança pública e possui carga horária de 150 horas. Dentre eles, integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e da Judiciária, além de profissionais de Perícia.

O objetivo principal do treinamento foi reforçar o efetivo da FNSP, para que os profissionais entreguem mais qualidade no atendimento de ocorrências, no combate à criminalidade e para apoiar os órgãos de segurança pública, estaduais e federais.



Foto: Divulgação

AULAS

O curso tem como objetivo nivelar os novos agentes em formação de acordo com as padronizações técnicas e táticas das missões as quais serão enviados. O diretor da Força Nacional, Fernando Alencar, afirma que a Instrução de Nivelamento e Conhecimento (INC) é essencial para preparar o profissional para atuar nas diversas regiões do país em situações sensíveis como calamidades públicas, desastres naturais, conflitos sociais e de segurança pública, buscando sempre a integração com outros órgãos.

“A atuação dos agentes mobilizados ajuda na manutenção da ordem pública e na proteção das pessoas, além de fornecer assistência à população em momentos de emergência. Além disso, essas instruções promovem integração, ações conjuntas, coordenadas e cooperação entre as diversas forças no combate ao tráfico de drogas, armas, crimes violentos e ambientais, em regiões de fronteira, em Terras Indígenas e onde mais for necessário, além de proporcionar a oportunidade do mobilizado de todos os Estados integrarem com as demais forças de segurança”, ressalta.

De acordo com Alencar, uma Força Pública treinada, capacitada, atualizada aos normativos vigentes e legais é capaz de trazer segurança pública de qualidade, de aproximação com a comunidade, além de construir uma cultura de paz e de respeito à dignidade da pessoa humana.

DISCIPLINAS



As principais temáticas abordadas na INC incluem:

- Atuação em territórios indígenas;
- Atuações integradas com outros órgãos;
- Doenças tropicais e infecciosas, envenenamento por serpentes;
- Fundamentação, normas e sistemas de gestão da Força Nacional;
- Prisão em flagrante; abuso de autoridade e registro de ocorrência;
- Direitos humanos;
- Uso da força;
- Fundamentos jurídicos de atividade policial;
- Atendimento pré-hospitalar tático;
- Policiamento em áreas de rios e operações aquáticas;
- Noções gerais de sobrevivência em selva;
- Investigação de crimes cibernéticos;
- Investigação criminal de homicídios e feminicídios;
- Investigação de crimes ambientais;
- Perícia com DNA forense;
- Perícia papiloscópica forense e necropapiloscopia;
- Técnicas de busca e resgate em deslizamentos;
- Busca e resgate em enchentes e inundações;
- Fundamentos de combate a incêndios florestais.



Foto: Divulgação





Foto: Divulgação

GOVERNO FEDERAL INICIA DESINTRUSÃO NA TERRA INDÍGENA KARIKUPUNA, EM RONDÔNIA

O Governo Federal, por meio da Força Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública começou, no dia 31 de maio, a desintrusão na Terra Indígena Karipuna (TIKA), localizada nos municípios de Porto Velho e Nova Mamoré, em Rondônia. A ação tem como objetivo retirar os invasores, majoritariamente garimpeiros e madeireiros ilegais, para devolver o domínio da região aos povos originários.

A região Karipuna possui 153 mil hectares, com a população indígena distribuída em duas comunidades. Devido ao histórico de extermínio, são comunidades pequenas, compostas, em maior parte, por jovens que estabelecem relações de trabalho nos distritos e vilas de Porto Velho.

A região enfrenta ameaças devido às atividades ilegais de madeireiros e garimpeiros, que exploram os recursos naturais, contaminam os rios, colocam em risco a saúde da população local e ameaçam a cultura e a organização social dos povos indígenas.

De acordo com dados da Plataforma Brasil Mais, em 2023 foram registrados 51 alertas de desmatamento na TI Karipuna. Em comparação com o ano de 2022, durante os últimos 12 meses do governo anterior, foram registrados 435 alertas de desmatamento no local, indicando uma redução de 88% neste ano.

AÇÕES



As ações do Governo Federal pretendem retirar os grupos invasores de forma pacífica. Também faz parte da operação, a reintegração de posse de terras da União e destruição de instalações e de acessos que possibilitem a reocupação dos invasores.



Isso será feito com a utilização de maquinário pesado para interdição de vias terrestres, cercas de contenção de terras, abertura de valas, destruição de pontes de acesso ao território e outras edificações que não sejam de interesse dos indígenas.

Além disso, foram disponibilizados recursos tecnológicos como: aplicativos web para registro de dados; drones para reconhecimento de ponto/área; antenas de comunicação via satélite; e disponibilização de sinal de internet que possibilitará o bom andamento das ações.

Posteriormente, haverá o monitoramento da região e a elaboração de um plano de sustentabilidade do território, feito em parceria com Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Defesa (MD), sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR).

Além do MJSP, participam do processo de desintrusão os seguintes órgãos: Casa Civil, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério da Defesa, Secretaria-Geral da Presidência da República, Advocacia-Geral da União, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).



MJSP PUBLICA O PRIMEIRO MAPA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO SINESP



O primeiro Mapa da Segurança Pública 2024 foi publicado em março deste ano e trata-se de um relatório estatístico anual com análises descritivas, infográficos e tabelas. O documento foi produzido a partir dos dados de 2023, enviados pelos Estados e pelo Distrito Federal, por meio da ferramenta tecnológica intitulada Sinesp VDE - Validador de Dados Estatísticos.



O novo Mapa representa um marco importante para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pois inaugura a divulgação de informações oficiais com recorte anual sobre os 28 Dados Nacionais de Segurança Pública, com número de indicadores ampliados e a coleta informatizada. Até 2022, o Sinesp disponibilizava informações de apenas 09 Dados. O documento está disponível no site do MJSP e além dessa publicação, há um painel de interativo que permite acessar os 28 indicadores estatísticos, os quais são atualizados com os dados do corrente ano de forma mensal, proporcionando transparência e eficácia ao processo de disponibilização de informações sobre a segurança pública do país.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS REFORÇAM A UTILIZAÇÃO DOS DADOS DO SINESP



A finalidade principal do Sinesp, conforme a Lei nº 13.675/2018 é armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, o Sinesp celebrou parcerias com o Senado Federal e com o Conselho Nacional de Justiça para o compartilhamento de dados que terão impactos importantes para a sociedade. Os ACTs foram assinados no primeiro semestre de 2024.

ACT - Acordo de Cooperação Técnica



Senado Federal



Compartilhamento de dados dos boletins de ocorrências enviados pelos estados com recorte de violência contra as mulheres. Esses dados estão sendo disponibilizados na plataforma interativa do Senado, intitulado Mapa Nacional da Violência de Gênero. O painel reúne, também, as bases do Senado Federal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Conselho Nacional de Justiça - CNJ



Parceria que inclui, também, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério das Mulheres, para implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco- FONAR, e o aperfeiçoamento desse instrumento de avaliação de risco, para prevenção e enfrentamento de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.



SENASA^P 2024

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





CRESCE O NÚMERO DE ADESÕES À PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO SINESP

Foto: Divulgação

Cada vez mais instituições de segurança pública, tanto as que fazem parte do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), quanto as que não o integram, mas realizam atividades essenciais que dependem de informações de segurança pública, estão aderindo à plataforma Sinesp. Os dados do Sinesp e as bases de outros órgãos que estão integradas auxiliam diretamente as atividades policiais, por meio de ferramentas tecnológicas. Ao todo, são oito soluções disponibilizadas, gratuitamente, para as instituições de segurança pública. Entre elas, destacam-se o Sinesp PPE – Procedimentos Policiais Eletrônicos, o Sinesp CAD – Atendimento e Despacho de Viaturas e o Sinesp Infoseg.

Adesões mais recentes

- 47 Termos de Adesão assinados por órgãos não Susp, para acesso à solução Sinesp Infoseg, dentre eles, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Ministério Público de Contas de Minas Gerais e o Ministério da Fazenda.
- 15 implantações do Sinesp CAD (Central de Atendimento e Despacho) em Instituições de Segurança Pública nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do país, o que inclui municípios, como Limeira/SP, Vila Velha/ES e Palmas/TO.

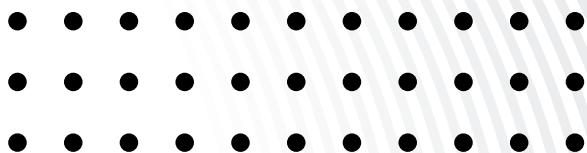


Foto: Divulgação

IMPLEMENTAÇÃO DO SINESP PPE

Para o registro de Boletim Integrado pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí, a Polícia Civil do estado utiliza a ferramenta desde 2017. Além do Piauí, mais 10 estados usam o PPE. São seis da região Norte (AC, AM, RR, AP, TO e RO) e cinco estados do Nordeste (RN, PI, AL, SE e BA).



Foto: Divulgação



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MJSP REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO INTERFEDERATIVA DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL



Foto: Everton Ubal/MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) realizou, no dia 5 de abril, a primeira reunião interfederativa do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) com os pontos focais dos Estados e do Distrito Federal para acompanhar a execução dos recursos repassados.

O objetivo do evento foi catalisar os repasses Fundo a Fundo, provenientes do FNSP, voltados direta e obrigatoriamente a Estados e ao Distrito Federal; promover transparência, celeridade e eficiência na troca de informações e nos encaminhamentos em bloco; e institucionalizar o diálogo entre os entes federativos e o FNSP na fase de execução dos recursos. A reunião contou com a participação de gestores, equipe técnica da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) e representantes e suplentes dos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública.

O Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, destaca que esse projeto tem o diálogo como diretriz principal. “Para que a gente possa superar qualquer entrave, nosso objetivo é fazer com que os recursos se transformem efetivamente em projetos de segurança para os estados. Queremos primordialmente, por meio de um diálogo franco, aberto, propositivo e construtivo, fazermos com que esses recursos cheguem e se transformem em cidadania para a população brasileira”, ressalta.

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA LIBERA USO DE RECURSOS PELO RS PARA ENFRENTAMENTO À CALAMIDADE PÚBLICA



Foto: Gustavo Mansur / Palácio Piratini

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) vai liberar o uso dos recursos já repassados ao Rio Grande do Sul para que sejam utilizados no enfrentamento à tragédia vivenciada pelos gaúchos, em decorrência das enchentes e inundações.

Atualmente, o Rio Grande do Sul possui cerca de R\$ 80 milhões em conta, derivados dos repasses feitos entre 2019 e 2023, que poderão ser utilizados para uso no enfrentamento da calamidade pública.

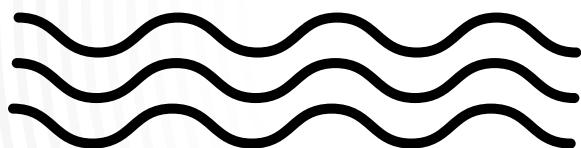




Foto: Divulgação

SENASP LANÇA ESCRITÓRIO COMPRASSUSP, PLATAFORMA ELETRÔNICA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÕES

A Senasp lançou o Escritório ComprasSusp, uma espécie de *marketplace* do Programa ComprasSusp que vai possibilitar que os órgãos que compõem o Susp adquiram produtos e serviços de forma mais ágil, transparente e econômica. A coordenação do Escritório ComprasSusp será da Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP).

O lançamento ocorreu durante o 1º Encontro Nacional do Programa ComprasSusp, que aconteceu no Centro de Convenções do Rio Grande do Norte, em Natal, com a presença da secretária Nacional de Segurança Pública substituta, Camila Pintarelli, da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, entre outras autoridades (foto).



SENASP²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Foto: Divulgação/Sesdec

DIRETORIA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA FAZ ENTREGAS DE R\$ 21 MILHÕES AO ESTADO DE RONDÔNIA

A Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP/MJSP), fez, no dia 28 de maio, entregas de R\$ 21 milhões ao estado de Rondônia, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Na ocasião, foi inaugurado o Centro Integrado de Operações Policiais e entregues viaturas e equipamentos, por meio de recursos repassados “fundo a fundo”. Dentre viaturas e equipamentos entregues, também foi reconstruído o Centro Integrado de Operações Policiais (Ciopi), responsável por dar atendimento de emergências nas áreas de segurança pública e defesa social, na capital Porto Velho e outros municípios do estado.



RIO GRANDE DO NORTE RECEBE 75 VIATURAS ADQUIRIDAS PELO COMPRASSUSP

A Senasp entregou 75 viaturas para o reforço da segurança pública no Rio Grande do Norte. Os veículos são do modelo pick-up L200 e totalizam R\$ 23,5 milhões de investimento em ações de prevenção e policiamento ostensivo.

A aquisição das viaturas ocorreu por meio do ComprasSusp, iniciativa do MJSP que permite a órgãos e instituições que compõem o Susp informarem diretamente as necessidades de compra ao Ministério. A Pasta fica responsável pela aquisição e entrega dos bens, por meio de emendas parlamentares e atas de registro de preços, de abrangência nacional, reduzindo a quantidade de convênios e acelerando a entrega.



Foto: Divulgação

LEWANDOWSKI APRESENTA A SECRETÁRIOS MECANISMO DE AUXÍLIO PARA USO DE R\$ 4 BILHÕES JÁ REPASSADOS A FUNDOS LIGADOS À SEGURANÇA PÚBLICA



Foto: Everton Ubal/MJSP

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, reuniu-se, no dia 27 de maio, com os Secretários Estaduais de Segurança Pública, de Justiça e de Administração Penitenciária. O objetivo do encontro foi apresentar mecanismos para auxiliar as unidades federativas a utilizarem mais de R\$ 4 bilhões de recursos já repassados aos Fundos Nacionais de Segurança Pública e Penitenciário. Ambos possuem repasse obrigatório federal para as unidades da Federação. O montante comprehende o período de 2016 a 2023.

O Secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, afirmou que houve avanço na execução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) a partir da edição de diretrizes. "Por meio do ComprasSusp, facilitamos aquisições e emprego dessas verbas por parte dos estados e isso já nos rendeu resultados muito positivos", disse.

Além disso, o secretário ressaltou que o Comitê Interfederativo criado com os estados e o Distrito Federal, tem a função de dialogar para compreender as necessidades dos entes federativos. "Assim, podemos facilitar a gestão dos recursos públicos e fazê-los chegar na ponta", explicou.

A diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli, falou da extensão dos prazos para uso dos recursos e do auxílio oferecido pelo MJSP para a elaboração de projetos. "O Fundo Nacional de Segurança Pública começou em 2019 e, até 2024, tem R\$ 24 bilhões repassados aos estados e ao Distrito Federal. Neste ano, será repassado R\$ 1,84 bilhão. Os prazos para a execução vão até o dia 31 de dezembro. Estes prazos serão prorrogados para que os estados possam se reorganizar de acordo com as novas diretrizes, que estão sendo editadas pelo ministério. O recurso é uma fonte extra para o custeio da segurança pública".



MJSP PROMOVE WORKSHOPS VOLTADOS À EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



Foto: Divulgação

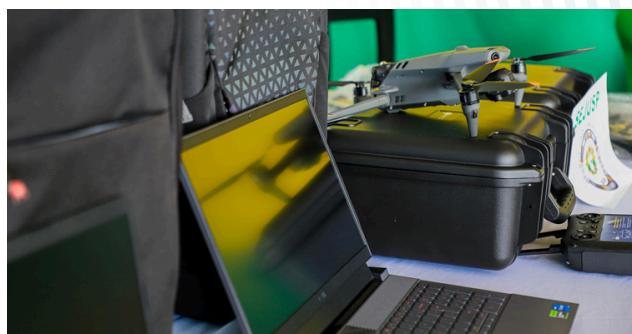


MJSP ENTREGA EQUIPAMENTOS PARA FORTALECER A SEGURANÇA PÚBLICA DO ACRE

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) entregaram, no dia 8 de maio, 71 equipamentos voltados ao fortalecimento das forças de segurança do estado do Acre.

Foram entregues 14 caminhonetes, quatro *Trollers*, 50 notebooks e três drones do modelo *Mavic 3T Enterprise*. Os equipamentos foram adquiridos com aporte de emenda parlamentar da bancada do Acre, executada e adquirida pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), por meio do programa ComprasSusp, projeto do MJSP que centraliza as aquisições em segurança pública de todo o país.

“Todos esses equipamentos farão a diferença no monitoramento de fronteiras e na fiscalização da criminalidade organizada que assola o estado do Acre”, destacou a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.



SENASA^P 2024

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



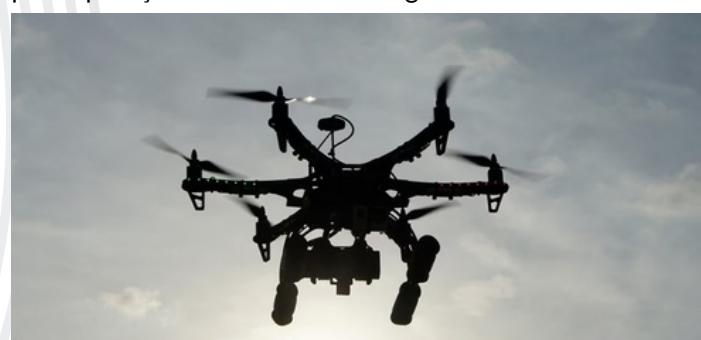
A Senasp realizou, de 25 a 27 de março, workshops voltados à execução de convênios e contratos do FNSP. O evento integra o plano estratégico da DGFNSP para 2024 e reuniu mais de 300 representantes estaduais e municipais responsáveis por operar emendas parlamentares. O objetivo do encontro foi orientar, de forma didática, o passo a passo técnico e orçamentário da implementação dos convênios firmados por estados e municípios com o FNSP, além de consolidar um espaço interinstitucional para diálogo sobre a boa execução dos recursos.

Tanto as bancadas de parlamentares como comissões e parlamentares individuais propõem emendas ao Fundo Nacional de Segurança Pública. A DGFNSP recebe e executa esses aportes, que auxiliam na realização da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

MJSP ENTREGA 24 DRONES PARA A SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

A Senasp e a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do MJSP, entregaram, no dia 17 de abril, 24 drones para a Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro. Os equipamentos remotamente pilotadas foram adquiridos com aporte de emenda parlamentar, que foi executada e adquirida pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Os drones foram adquiridos pelo valor unitário de R\$ 45 mil, com investimento total de R\$ 1,09 milhão. Os equipamentos são do modelo *Mavic 3T Enterprise*, que dispõe de tecnologias como câmeras termais para uso noturno, sensores para evitar colisões e alto-falantes para a comunicação entre os agentes. Os aparelhos fazem monitoramento com imagens aéreas e são fundamentais para operações urbanas e estratégicas.



UM GIRO PELOS NÚMEROS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (REF. MAIO/2024)

FUNDO A FUNDO 2019-2023

TOTAL DE RECURSOS
REPASSADOS E
EXECUTADOS

R\$ 4.391.811.131,34

R\$ 1.998.255.750,56

2024

EXECUÇÃO
45,5%

REPASSE 2024
R\$ 1.084 BILHÃO

DOAÇÕES

R\$ 133.147.103,86

22.911 ÍTENS DOADOS

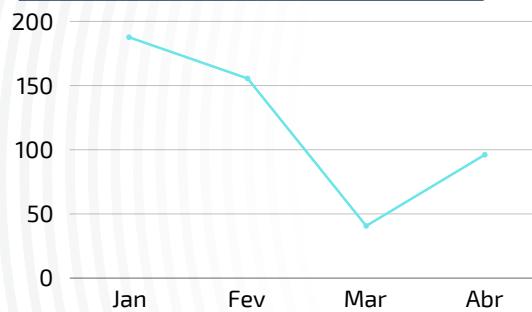
CONVÊNIOS E REPASSES

144 PROPOSTAS DE CONVÊNIOS
R\$ 532.632.942,62

LICITAÇÕES E CONTRATOS

29 ARP'S VIGENTES
R\$ 2.453.527.024,26

EXECUÇÃO



SENASA²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CALENDÁRIO DE MONITORAMENTO “IN LOCO” DA EXECUÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

GOIÁS – ABRIL/2024

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA MONITORA REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS EM GOIÁS

A execução dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foi acompanhada por representantes do MJSP no estado de Goiás, no dia 10 de abril. Na ocasião, foram entregues dez viaturas de resgate ao Corpo de Bombeiros Militar, com orçamento de R\$ 3,8 milhões, provenientes do FNSP. A visita também possibilitou o monitoramento da construção da Delegacia de Atendimento à Mulher, no município de Trindade. A obra, que recebeu repasses do Fundo, está com 80% concluída e tem previsão de entrega para este ano.

A visita inicia a estratégia do MJSP para estreitar laços com os estados e o Distrito Federal, acompanhando de forma eficiente os investimentos realizados por meio dos recursos, além de colher sugestões e resultados.



Foto: Divulgação/MJSP

RIO DE JANEIRO – MAIO/2024

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA MONITORA EXECUÇÃO DE RECURSOS NO RIO DE JANEIRO

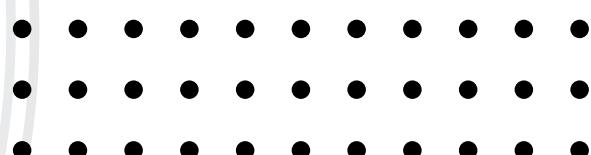
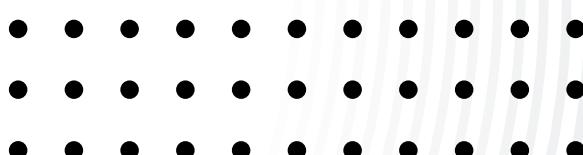
A Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFNSP/MJSP) acompanhou, no dia 6 de maio, a execução dos recursos repassados via “Fundo a Fundo”, ao estado do Rio de Janeiro.

Serão realizadas, ainda, reuniões estratégicas com o governo do Estado ao longo da semana, com a presença de representantes das forças de segurança locais.

Segundo a diretora da DGFNSP, Camila Pintarelli, a visita ao Rio de Janeiro se dá em um importante momento de estruturação da Secretaria de Segurança do Estado e possibilitou o estreitamento ainda maior da relação interinstitucional já existente, além de permitir a conjunção das equipes.



Foto: Divulgação/MJSP



SENASP²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MJSP ENTREGA 30 VIATURAS À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF E CUSTEIA CENTRO DE APOIO PSICOLÓGICO VOLTADO AOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA



A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), entregou, no dia 16 de maio, 30 viaturas à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF). A solenidade teve, ainda, a apresentação da placa de lançamento do Centro de Apoio Biopsicossocial, destinado aos profissionais de segurança pública, que será construído integralmente com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Além dos veículos doados pela Senasp, outras 15 viaturas foram adquiridas pela SSP-DF por meio do repasse fundo a fundo, em que recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) são destinados direta e obrigatoriamente às unidades federativas. O investimento total com as viaturas foi de R\$ 4,2 milhões.

O FNSP vai custear, também, a construção do Centro de Apoio Biopsicossocial, com aporte estimado de R\$ 2 milhões. O espaço será especificamente voltado ao bem-estar físico e mental dos servidores de segurança pública, além de ter o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos profissionais no ambiente de trabalho. O espaço irá dispor de 935 metros quadrados, distribuídos em academia, vestuário, salas de atendimento psicológico e locais para workshops, entre outros.

APLICAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SÃO APRESENTADAS EM EVENTO SÓBRE EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIÃO



A Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DFNSP) participou do 9º Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União e apresentou os financiamentos, impactos e aplicações dos recursos do Fundo. A exposição foi realizada em palestra com o tema “O poder transformador do FNSP”.

O evento foi realizado pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios, órgãos de controle e sociedade civil. O objetivo da ação é compartilhar e debater as inovações normativas e tecnológicas que envolvem o processo de parcerias e transferências da União para a execução de políticas públicas nos municípios. O tema deste ano é “Transformando o Serviço Público por Meio de Parcerias Inovadoras”.

A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, destacou que a aproximação com os estados visa a transformação no cotidiano dos cidadãos: “Isso é feito com competência, garra, união e, principalmente, integração federativa. Sem essa integração, não saímos do lugar”, explicou.





Foto: Isaac Amorim/MJSP

MJSP REALIZA 9^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

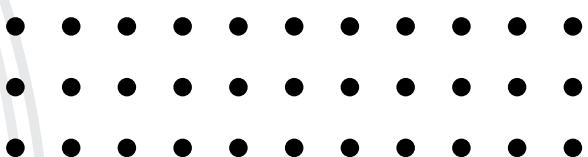
O Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou, no dia 19 de junho, a 9^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), no Palácio da Justiça, em Brasília. No encontro, foi apresentada a revisão do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) e os representantes das diretorias da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) apresentaram os principais projetos e ações vigentes.

Os dirigentes e conselheiros aprovaram a ata da reunião anterior do CNSP, ocorrida em 11 de dezembro do ano passado, e sugeriram diretrizes para as políticas públicas, voltadas à promoção da segurança pública; prevenção e repressão à violência e à criminalidade; e, ainda, para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia da convivência social, com destaque às ações de emergência e aos crimes interestaduais e transnacionais.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski ressaltou a importância do combate ao crime organizado, que possui atuação complexa, multifacetada e atravessa fronteiras. "A criminalidade hoje é mais do que um simples problema de segurança pública, é um problema de segurança nacional", disse.

Na mesma linha, o secretário Nacional de Segurança Pública e secretário-executivo do CNSP, Mario Sarrubbo, afirmou que a Pasta está concentrando esforços e investimentos em integração e inteligência. "Temos que nos despir das nossas vaidades institucionais para trocar informações. Há sistemas de inteligência em todos os estados, mas é preciso que esses estados e sistemas conversem entre si", ressaltou.

Além disso, Sarrubbo considerou que, em muitos territórios tomados pelo crime organizado, são os criminosos que fazem o papel de cuidadores das comunidades, mediadores de conflitos e responsáveis pelas movimentações dos comércios locais. "Devemos sempre agir com a força policial necessária, com estratégias de baixa letalidade e, principalmente, com projetos de cidadania para a retomada desses territórios", salientou. Ele ainda disse que a Senasp trabalha estrategicamente para transformar a realidade do país, especialmente em relação ao crime organizado. "É preciso que as informações cheguem para que possamos articular operações eficazes, de baixa letalidade e desestruturantes da criminalidade organizada", definiu.



REDUÇÃO DE FEMINICÍDIOS

Outro tema de destaque na reunião foi a redução de feminicídios e mortes causadas por agentes de segurança. "O principal objetivo desta reunião é adequá-la à determinação da ministra Cármem Lúcia, que ordenou algumas alterações pontuais no nosso Plano, no que diz respeito, sobretudo, ao feminicídio", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

A declaração do ministro se refere à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7013, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que teve a ministra Cármem Lúcia como relatora do processo. A Corte determinou ao Poder Executivo a inclusão do monitoramento e avaliação dos indicadores referentes aos feminicídios e às mortes causadas por agentes de segurança pública no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP).



REVISÃO DO PNSP



A revisão do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social é baseada na Lei nº 13.675/2018 e regulamentada pelo Decreto nº 9.486/2018. O documento é organizado em 12 ações estratégicas, 13 metas, sistema de governança estruturado em três instâncias e cinco ciclos de implementação.

Em cumprimento à decisão do STF, o Plano foi revisado com o propósito de inserir metas, adequações técnicas, alterações de ações estratégicas e ações específicas para a implementação de políticas públicas destinadas a reduzir desigualdades e promover o bem-estar.

ESTIMULAR E EXPANDIR PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ESTÃO ENTRE AS METAS PARA IMPLANTAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A revisão do Plano estabeleceu como meta reduzir a taxa nacional de homicídio de mulheres para duas mortes por 100 mil mulheres até 2030.
- Reduzir a taxa nacional de feminicídios para uma morte por 100 mil mulheres até 2030. O objetivo visa reduzir a taxa em 21% em comparação com a taxa registrada em 2020. Esse valor foi calculado com base na média das reduções observadas nos estados entre os anos de 2020 e 2023.
- Reduzir o déficit de vagas prisionais para menos de 22% até 2030. A meta foi planejada levando em consideração a construção de novas instalações, com a criação de cinco mil vagas por ano até 2030, baseada nos investimentos já realizados. Também considera a quantidade estimada de pessoas privadas de liberdade, levando em conta o aumento de alternativas penais, em conformidade com as políticas atuais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).
- Aumentar em 25% a quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividades de reintegração social até 2030. O objetivo foi definido com base em como o indicador se comportou nos anos anteriores e na previsão do orçamento destinado às ações de reintegração social, como atividades educacionais e laborais nas unidades prisionais.
- Aumentar em 34% o número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2030. De acordo com as atividades da Senappen, a proposta é aumentar em 5% ao ano o número de atendimentos especializados para pessoas que saem do sistema prisional, seguindo a Política Nacional de Atenção a Egressos do Sistema Prisional.



METAS PLANEJADAS CONFORME AS POLÍTICAS ATUAIS DO SENAPPEN

- A revisão do Plano estabeleceu como meta reduzir a taxa nacional de homicídio de mulheres para duas mortes por 100 mil mulheres até 2030.
- Reduzir a taxa nacional de feminicídios para uma morte por 100 mil mulheres até 2030. O objetivo visa reduzir a taxa em 21% em comparação com a taxa registrada em 2020. Esse valor foi calculado com base na média das reduções observadas nos estados entre os anos de 2020 e 2023.
- Reduzir o déficit de vagas prisionais para menos de 22% até 2030. A meta foi planejada levando em consideração a construção de novas instalações, com a criação de cinco mil vagas por ano até 2030, baseada nos investimentos já realizados. Também considera a quantidade estimada de pessoas privadas de liberdade, levando em conta o aumento de alternativas penais, em conformidade com as políticas atuais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).
- Aumentar em 25% a quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividades de reintegração social até 2030. O objetivo foi definido com base em como o indicador se comportou nos anos anteriores e na previsão do orçamento destinado às ações de reintegração social, como atividades educacionais e laborais nas unidades prisionais.
- Aumentar em 34% o número de pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2030. De acordo com as atividades da Senappen, a proposta é aumentar em 5% ao ano o número de atendimentos especializados para pessoas que saem do sistema prisional, seguindo a Política Nacional de Atenção a Egressos do Sistema Prisional.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Incentivar e apoiar programas que previnam e promovam a cidadania na infância e adolescência, concentrando-se em fortalecer fatores que protegem contra o uso de drogas, práticas de violência e envolvimento com o crime.
- Incluir ações para reunir, criar e compartilhar estatísticas, estudos e análises para entender como ocorrem os crimes em nível local e usar essas informações para desenvolver estratégias específicas de intervenção.

- Coletar, produzir e divulgar estatísticas, estudos e diagnósticos para entender como os crimes ocorrem localmente e usar essas informações para desenvolver estratégias de intervenção.
- Estimular a implementação e expansão de programas para prevenir a violência contra mulheres, como as Patrulhas Maria da Penha e serviços similares.
- Melhorar a investigação de feminicídios por meio de treinamento de profissionais, investimento em unidades especializadas e desenvolvimento de protocolos operacionais.
- Reforçar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) e os serviços especializados das Polícias Civis e das perícias criminais.
- Aprimorar a coleta de dados sobre crimes envolvendo mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.
- Apoiar programas e projetos que ofereçam medidas de reparação para vítimas e familiares de vítimas de violência letal cometida por agentes do Estado.
- Apoiar iniciativas para prevenir o uso prejudicial de álcool, incluindo ações para melhorar a informação, focando na relação entre o uso de álcool e a violência contra mulheres e feminicídios.
- Promover iniciativas para melhorar o controle da atividade policial e aprofundar o treinamento no uso adequado da força pelos órgãos de segurança pública.

Para alcançar esses objetivos, é crucial atender, pelo menos, aos seguintes critérios, além de outras atividades conforme definido no Artigo 6 da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: atualizar a portaria interministerial 4226/2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força, e desenvolver manuais e protocolos operacionais relacionados ao tema; investir na compra de equipamentos de menor impacto para os profissionais da segurança pública; e criar programas contínuos de capacitação para os profissionais da segurança pública sobre o uso da força e os direitos humanos. Além disso, reforçar e melhorar o funcionamento das corregedorias e ouvidorias da polícia; melhorar a coleta de dados sobre o uso da força pelos profissionais da segurança pública; e implementar políticas para combater o racismo institucional nas instituições de segurança pública.





EXPEDIENTE:

SENASA

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º Andar, Edifício Sede - Brasília/DF, CEP 70.064-900

JONILDA BONFIM

Servidora MJSP - Revisão e edição
Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA)

ALCEMIR COELHO DA SILVA

Servidor Mobilizado PMAM/SENASA - Diagramação
Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA)

GABRIEL GONÇALVES DIAS DINIZ

Servidor Mobilizado PCMG/SENASA - Diagramação
Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP)

ALICE NATHALY DE OLIVEIRA SANTOS

Estagiária SENASP
Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP)

GABRIEL SILVA ARAÚJO

Estagiário SENASP
Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP)

FELIPE BARBOSA DA SILVA

Coordenador de Gestão Administrativa - Substituto
Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI)

IGOR RODRIGUES COELHO

Servidor Mobilizado PMMA/SENASA
Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI)

ANA GABRIELA SERRA MENDES DA SILVA

Servidora Mobilizada PMAP/SENASA
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP)

ANA AMÉLIA JACÓ DE SOUZA NASCIMENTO

Servidora Mobilizada PMAM/SENASA
Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP)

VÂNIA SPÍNDOLA ARANTES DA SILVA

Servidora Mobilizada PMGO/SENASA
Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (DIOPI)

RENAN JOSÉ ALMEIDA AMARO

Servidor Mobilizado CBMPA/SENASA
Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (DGFnSP)

WAGNER HENRIQUE VARELA DA SILVA

Servidor Mobilizado PMPB/SENASA
Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP)

ZULMIRO JOSÉ MACHADO FILHO

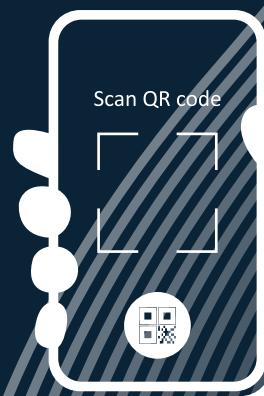
Servidor MJSP
Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP)



SENASA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/senasp



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO